



A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA: VIVENDO E APRENDENDO

Autor: Francisca Francirene Tomaz Parente; Co- autor: Maria
Nélia Helcias Moura Vasconcelos

*Faculdades Inta, francirenetp@hotmail.com; Secretaria Municipal da
Educação de Bela Cruz, neliahelcias@yahoo.com.br*

Resumo-O presente trabalho aborda sobre a inclusão da educação de jovens e adultos na escola, baseado nas experiências de vida e nos saberes científicos como fundamentos básicos para a formação integral do aluno. Todos têm direito o acesso à leitura e a escrita, como uma ferramenta para o exercício de sua plena cidadania, não trazendo roteiros prontos para sua prática, pois se sabe que isso varia conforme o nível de conhecimento dos alunos da EJA. Esse analfabetismo continua a existir no Brasil com um número muito elevado de pessoas, cerca de 16 milhões de brasileiros, apesar da crescente campanha de programas para a erradicação do mesmo. Programas favorecidos pela democratização das oportunidades educacionais e pela universalização da educação básica, que pressupõe não só o direito, mas, de fato a garantia do acesso a alfabetização de todos os seus educandos, independente da faixa etária. Essa pesquisa busca estudar o papel da escola no processo de inclusão da educação de jovens e adultos dentro deste cenário educacional de hoje. Os estudos se baseiam na história e no parâmetro legal da educação de jovens e adultos que se fundamentam nas teorias de Freire, Santos e Gadotti. Com os resultados desse estudo, entendemos que a escola brasileira deve repensar e refazer seu projeto político pedagógico, suas metodologias de ensino, sua proposta curricular como também o nível de formação dos professores para garantir o desempenho de aulas atrativas, mobilizando os alunos da EJA à retomada de seu percurso educativo. Portanto, esse estudo contribuirá para um melhor entendimento do nível do aluno formado da EJA, se este perfil realmente atende as demandas do mercado de trabalho do mundo contemporâneo, que hoje demanda aquele aluno leitor do mundo.

Palavras-Chave: Educação, Jovens, Adultos, Inclusão, escola.

Introdução

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil é um campo marcado historicamente, por ações fragmentadas e descontínuas, caracterizadas mais por “ausências” e por aspectos negativos que reforçam a invisibilidade dessa prática educativa. Suas particularidades devem ser configuradas nos contextos de escolarização validando os seus tempos, espaços e currículos, possibilitando o desenvolvimento de práticas educativas dentro de um contexto real para além das forças reguladoras das normas.

A pesquisa apresenta alguns elementos de reflexão quanto ao significado de inclusão da educação de jovens e adultos (EJA) na escola, partindo de premissas que sustentam ofertas de escolarização, tendo foco no conhecimento sobre quem são esses jovens e adultos que se quer incluir na escola e no mundo através das vozes e dos comportamentos diferentes que



geram saberes diversificados. O objeto de estudo é o desenvolvimento da EJA na escola, considerando sua inclusão através das aprendizagens formadas nas experiências da vida e nos saberes acadêmicos.

O objetivo é analisar a função social da escola no processo de inclusão dos alunos da educação de jovens e adultos, identificando o perfil desses alunos que a escola pretende formar, o que significa levar em conta saberes cotidianos, prévios, muitas vezes ignorados pelos espaços escolares institucionalizados.

No Brasil o direito à educação para todos está afirmado na Constituição Federal de 1988, devendo-se abandonar, portanto, qualquer lógica de oferta de atendimento como “oportunidade” e “chance” outorgadas à população. Como direito, a EJA é inquestionável e por isso tem de estar disponível para todos.

O direito à educação para a população jovem e adulta deve ser considerado na conformação dos projetos pedagógicos da escola e das políticas públicas educacionais, levando em conta alguns questionamentos: Quem são esses sujeitos? Como são reconhecidos? Quais as oportunidades para expressarem seus saberes e sentimentos? O que sabem dizer e fazer? Quais são seus desejos e expectativas de vida?

A vida ensina os saberes da experiência que não devem ser ignorados e sim relacionados com os saberes escolares, entendendo a educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os adultos passam a maior parte da sua vida nesta condição, e muitas são certamente as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos. A educação de jovens e adultos representa uma dívida social para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela.

Metodologia

Essa pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, pois ela elucida questões que não podem ser apenas quantificadas. Nessa abordagem “[...] o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que os sujeitos concretos criam em suas ações.” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79).

A metodologia da pesquisa consiste em leituras que fundamentam o estudo das propostas pedagógica, curricular e metodológica da educação de jovens e adultos

desenvolvidas atualmente nas escolas brasileiras, identificando o nível de inclusão no processo de ensinar e aprender. O grande desafio dessa modalidade de ensino é o perfil multicultural, exigindo um educador situado a quem, o que e como ensinar, adotando práticas docentes que atraíam a atenção dos alunos para suas permanências nas aulas. A pesquisa fundamenta-se nas teorias de Freire (2001), Santos (2005) e Gadotti (2002), autores que defendem o papel do sistema público como espaço e tempo de direito de todos a ser modificado, alterado, pela participação de todos os sujeitos no cenário escolar, autores ligados a área da educação, que retratam a luta para que a educação de jovens e adultos se tornasse uma realidade de inclusão social.

Resultados e Discussão

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino que vem ganhando ênfase após a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LBD 9394/1996 e das Diretrizes Curriculares, de acordo com Brasil (2000). Ainda na contemporaneidade nos deparamos com índices de evasão significativos nas escolas, alunos sem perspectivas de estudo e trabalho.

Na LDBEN 9.394/96, na seção dedicada à educação básica de jovens e adultos é garantido o direito desses ao ensino básico, sendo dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos e esse ensino adequado às condições de estudo desses alunos. Houve ainda, conforme apresentado nessa mesma seção dessa Lei, o rebaixamento das idades mínimas para que os candidatos se submetam aos exames supletivos: 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. Conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a EJA:

[...] considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade



formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2000, p.1 e 2).

Após análise e reflexão das leituras na pesquisa, entendemos que o educador de EJA deve ensinar motivando as habilidades dos alunos, compreendendo os horários específicos, considerando suas particularidades, analisando e respeitando suas vivências próprias.

Diante do exposto algumas ações são urgentes, como diz Moacir Gadotti:

O direito à educação é reconhecido no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como direito de todos ao “desenvolvimento pleno da personalidade humana” e como uma necessidade para fortalecer o “respeito aos direitos e liberdades fundamentais”. Esse direito não se limita às crianças e jovens e, como tal, ele deve ser garantido pelo Estado a todos, estabelecendo-se prioridade à atenção dos grupos sociais mais vulneráveis. Para ele, o direito à educação não pode ser desvinculado dos direitos sociais. Os direitos humanos são todos interdependentes. O direito à educação está associado aos outros direitos. (GADOTTI, 2007, p.128).

Neste sentido é considerado importante orientar educadores para pensar, repensar e ressignificar suas práticas educativas. Práticas essas, assumidas na perspectiva de compreensão do ser humano em seu contexto existencial, social, político, econômico e cultural, em sua autonomia, criatividade e possibilidades de liberdade de pensamento e ações.

Sobre a realidade social Freire (2005) defende que,

No processo de denúncia de uma realidade que reifica o sujeito, bem como no processo de anúncio de um mundo diferente, a educação comprometida com a transformação da realidade social injusta e, portanto, balizada em práticas de educação problematizadora assume um papel importante, sobretudo na medida em que ajuda homens e mulheres interditados, silenciados e negados em seus direitos pelo poder opressor (FREIRE, 2005).

Notamos que as práticas pedagógicas devem atender a realidade social e escolar dos alunos, pois a identidade do aluno da EJA vem sofrendo modificações dentro da proposta educacional apresentada nos estudos da contextualização histórica da educação de jovens e adultos. Por isso, a identidade desse aluno apresenta uma diversidade muito grande porque são alunos trabalhadores na sua grande maioria, sem tempo para estudar e com autoestima, às vezes, baixa. Ao chegar à escola, deparam-se com diferentes culturas, etnias, religiões e crenças, isso faz com que eles não consigam socializar-se e continuar os estudos. As práticas pedagógicas devem mediar esses conflitos existentes entre eles, sensibilizando-os sob o fato



que o estudo vai proporcionar um leque de oportunidades para o crescimento intelectual e profissional de cada um.

Segundo Freire (2005) uma proposta de educação ética é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética, inseparável da prática educativa, que não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, mas é por ela que devemos lutar. De acordo com Freire, a educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder, mas sim, como um ato político de libertação e emancipação das pessoas.

Concordamos com Freire (1996), quando diz que a alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade. Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos, conscientizadora, cujo princípio básico pode ser traduzido numa frase sua que ficou célebre: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. A necessidade de saber ler e escrever é imprescindível para o desenvolvimento humano, não se entende quando não se conhece a leitura nem tampouco a escrita.

De acordo com a visão de Freire (2001),

Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser desinibidora e não restritiva. É necessário darmos oportunidades para que os educadores sejam eles mesmos. (FREIRE 2001, p.32)

O papel do educador é de mediador da aprendizagem, priorizando nesse processo as experiências de vida trazidas por esses educandos, auxiliando assim na transposição desse conhecimento secular para um “conhecimento letrado.

O que é que eu quero dizer com dicotomia entre ler as palavras e ler o mundo? Minha impressão [...] é que a escola está aumentando a distância entre as palavras que lemos e o mundo em que vivemos. Nessa dicotomia, o mundo da leitura é só o mundo do processo de escolarização, um mundo fechado, isolado do mundo onde vivemos experiências sobre as quais não lemos. Ao ler palavras, a escola se torna um lugar especial que nos ensina a ler apenas as "palavras da escola", e não as "palavras da realidade". O outro mundo, o mundo dos fatos, o mundo da vida, o mundo no qual os eventos estão muito vivos, o mundo das lutas, o mundo da discriminação e da crise econômica (todas essas coisas estão aí), não tem contato algum com os alunos na escola através das palavras que a escola exige que eles leiam. Você



pode pensar nessa dicotomia como uma espécie de "cultura do silêncio" imposta aos estudantes. A leitura da escola mantém silêncio a respeito do mundo da experiência, e o mundo da experiência é silenciado sem seus textos críticos próprios. (FREIRE, 1986, p. 164).

A escola, como destaca Oliveira (2010), continua estabelecendo uma dicotomia entre a lógica que preside sua organização e as propostas de trabalho que busca pôr em prática, considerando as concepções diferentes de mundo do público que a frequenta.

Os professores ainda desenvolvem práticas infantilizadoras na educação de jovens e adultos. A linguagem, os métodos, as práticas de ensino utilizadas devem estar contextualizadas e adequadas aos jovens e adultos que compõem essa classe. As práticas utilizadas em sala de aula devem estar de acordo com o perfil da turma. As estratégias utilizadas devem atender as necessidades desses alunos, devem estar coadunadas com o seu nível de entendimento e suas expectativas.

A diversidade transformada em desigualdade tem assumido um duro papel para a cidadania em toda a história brasileira, há exigência de políticas educacionais para superar a desigualdade, reconhecendo que o sistema escrito deve ser produzido historicamente pela humanidade e utilizado de acordo com interesses sociais.

A inclusão da educação de jovens e adultos na escola vem disputando concepções sobre o que é alfabetizar e garantir o direito à educação na perspectiva de formar leitores e escritores autônomos, que dominem o código lingüístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos e recriar histórias, pela escrita. O mundo contemporâneo exige o leitor de diversos códigos, do múltiplo, do lógico com capacidade de entender a razão das coisas com emoção.

Conclusão

Entendemos que atualmente quem sabe ler, escrever e incorporar a linguagem escrita na vida é considerado alfabetizado com oportunidade de fazer leitura do mundo e compreender os fatos históricos construídos pelos homens protagonistas de suas próprias vidas, entendendo que a leitura do mundo precede a leitura da palavra.

A experiência da vida é uma verdadeira escola que ensina muito através das vozes e das vezes que os comportamentos humanos reagem validando seus entendimentos, mas deve ser melhor relacionada com os saberes da ciência, lendo, escrevendo e entendendo a razão dos fatos e atos humanos, fundamentados no conhecimento.



Às vezes o mundo da experiência e a diversidade de saberes dos alunos são silenciados pela escola. A escola não é boa, nem má em si, depende a serviço de quem ela está no mundo, é preciso saber quem ela defende. A escola é um espaço em que se ensina muito mais que conteúdos, ensina-se uma forma de ver o mundo.

A escola deve repensar seu desempenho para mobilizar os alunos da EJA à retomada de seu percurso educativo. Se ler e escrever são indispensáveis às sociedades em que a cultura escrita regula a vida social, os jovens e adultos precisam aprender e se apropriar dessa competência. Ao longo da vida, jovens e adultos aprenderam e, portanto, detêm saberes que não podem ser ignorados. Sendo assim, o currículo escolar deve considerar estes saberes e fazê-los dialogar produtivamente na escola. Um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os alunos e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do sistematizado em referências do ensino, para reconhecer e legitimar currículos praticados.

Pensando na realidade atual em que a EJA se torna aos poucos cada vez mais inclusiva, e recebe cada vez mais alunos com necessidades educacionais especiais, a escola deve atender a todos com o direito à educação com possibilidade de aprender para tomar consciência de seu estado de opressão, para que assim possa se libertar daqueles que o oprimem.

A escola deve levar em consideração também o perfil desses estudantes, distinto daqueles que têm oportunidade de estudar na “idade convencional” no que diz respeito à seleção de conteúdos, materiais didáticos e metodologias de ensino e de avaliação, uma vez que esses alunos, em sua maioria, trabalham durante o dia em período integral. A ausência do domínio da leitura e da escrita, no entanto, não representa ausência de cultura e outros saberes não acadêmicos. Nesse contexto, os projetos pedagógicos para turmas da EJA devem ser pensados de maneira que possam contemplar o multiculturalismo e que sejam capazes de valorizar e reconhecer a complementaridade entre os saberes acadêmicos e os informais. A escola precisa também acreditar e valorizar o aluno da EJA para que esse desenvolva também sua alta estima e comece a sua transformação em um mundo letrado.

Referências Bibliográficas

BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: Acesso em 07 de outubro de 2016.

_____. Conferência Regional Preparatória. Brasília, janeiro 97. *V Conferência Internacional sobre Educação de adultos*. Hamburgo, julho 97. Brasília: MEC, 1998.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CEB nº. 11/2000. *Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, maio 2000.

CHIZZOTI, Antonio. *Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 41a edição, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: Ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

_____. *Mova, por um Brasil alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de; PAIVA, Jane (orgs.). *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: SEPE-RJ, 2004.

_____. (Org.). *Práticas cotidianas e emancipação social: do invisível ao possível*. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2010.

PORCARO, Rosa Cristina. *A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil*. Disponível em www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc. Acesso em 10 out. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras soluções*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.